

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO  
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO  
ANO DE DOIS MIL E NOVE: -----

----- Ao vigésimo sétimo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, realizou-se no salão do Juventude Clube Boavista, na freguesia da Boavista dos Pinheiros, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: -----

----- II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação da acta da sessão ordinária de Dezembro, realizada no dia 19/12/2008;-----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente;-----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

----- III– PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

----- **Ponto dois:** 2ª Modificação Orçamental: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2009: apreciação e deliberação; ---

----- **Ponto três:** Pedido de interesse municipal do projecto de investimento ZMAR – Eco Camping Resort: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto quatro:** Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto cinco:** Minuta de Acordo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odemira e as Juntas de Freguesia do Concelho: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto seis:** Designação de quatro pessoas de entre os cidadãos eleitores, para a composição da Comissão Alargada, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira; -----

----- **Ponto sete:** Estratégias de promoção de emprego e de apoio social no concelho de Odemira; -----

----- **Ponto oito:** Deontologia no exercício de funções na Administração Local.-----

----- Nos termos do número três do artigo quadragésimo sexto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, o senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, substituiu temporariamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal. A Mesa da Assembleia Municipal contava com as presenças do senhor Amâncio Piedade e da senhora Paula Cristina dos Santos Custódio, Segunda Secretária.-----

#### ----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas dezasseis horas e vinte minutos, o senhor Primeiro Secretário declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e um membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Diogo

Castanheira Vilhena, Domingos Assunção Silvestre, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, Idílio Manuel Guerreiro Gonçalves (Secretário da Junta de Freguesia de Relíquias, em substituição do senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da respectiva Junta), José Manuel dos Reis Guerreiro, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, Dulce Loução de Matos Raposo, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas e Raul José Pinto de Albuquerque Tomás. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira; José Alberto Candeias Guerreiro e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista; Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores verificou-se que, relativamente à sessão ordinária que se realizou no dia dezanove de Dezembro do ano transacto, não tinham justificado as faltas os senhores António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio,

José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha e Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Sabóia. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- Interveio o senhor Domingos Assunção Silvestre, Presidente da Junta de Freguesia da Boavista dos Pinheiros que saudou todos os presentes e informou que era uma honra receber a Assembleia Municipal na sua freguesia. Convidou ainda o público presente a participar e a expor os seus problemas. -----

----- Interveio o senhor Paulo José Fernandes da Cruz, canalizador aposentado da Câmara Municipal de Sintra, residente no Brejão que saudou todos os presentes e apresentou uma situação que considerava muito grave relacionada com o abastecimento público de água e a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Brejão. -----

----- Informou que no início do corrente mês a água de abastecimento público começou a surgir muito turva e com cheiro, pelo que considerava que deveriam ter suspenso automaticamente o seu abastecimento. Referiu que não tinham suspenso o abastecimento e reparou que alguma coisa não estaria correcta, porque havia muito “movimento” na Estação de Tratamento de Águas (ETA), nomeadamente com os bombeiros a efectuarem o fornecimento de água. -----

----- Disse ainda que: “Contactei no dia dez com a Câmara de Odemira, onde me foi dito pela responsável da gestão de águas que passava-se um problema grave, portanto os coliformes e outros produtos que não conseguiam mantê-los. (...) Coliformes é muito, muito, muito grave. É um vírus que se entranha portanto em toda a rede e tem que a rede ser desinfectada. Quando isto se passa e segundo a lei vigente automaticamente é cortado logo o abastecimento (...)”. ----

----- Referiu também que estava admirado com o facto da ETAR do Brejão estar implantada a cerca de cinquenta metros da ETA. -----

----- Revelou ainda que tinha sido informado na Câmara Municipal que a turvação da água

derivava de uma limpeza efectuada pela própria Associação de Beneficiários do Mira. Nesse sentido questionou se aquela empresa não informava a Câmara Municipal das acções que fazia nos canais, para que a autarquia pudesse avisar atempadamente os consumidores da água. -----

----- Em face do exposto, solicitou informações acerca da origem e do tipo do foco poluente da água, nomeadamente se estaria na albufeira de Santa Clara ou no canal de captação. -----

----- Referiu ainda que se se tratasse de esgoto bruto ou mal tratado, não haveria possibilidade da água ser tratada na ETA, sendo a mesma imprópria para consumo humano. -----

----- Disse ainda que tinha conhecimento que a albufeira de Santa Clara tinha graves variações de qualidade ao longo do ano. Nesse sentido, perguntou se a ETA não deveria estar capacitada para atender a essas variações.-----

----- Seguidamente colocou uma série de questões para as quais solicitou esclarecimentos, designadamente: -----

----- Qual era a tipologia da ETA. (referiu que aquela informação tinha desaparecido da pagina da Internet do Município de Odemira); -----

----- Se tinha pré-oxidação de ozono.-----

----- Se tinha andares finais de floculação, de catanação, de filtração. -----

----- Como eram constituídos os filtros e onde estavam situados.-----

----- Se eram filtros de areia abertos ou fechados. -----

----- Se havia filtração com carvão activado.-----

----- Por último disse: “Isto não é para mim uma questão política, é uma questão ambiental grave, muito grave que eu gostaria (...) que me desse explicações plausíveis. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- Interveio a senhora Maria Paula Fontinhas Gil, residente no Brejão que saudou todos os presentes e seguidamente solicitou esclarecimentos acerca da questão apresentada pelo anterior interveniente, nomeadamente "se a água da ETA está contaminada ou se foi

contaminada e em qualquer dos casos se a água da albufeira de Santa Clara tem grandes variações de qualidade ao longo do ano. A ETA devia estar capacitada para atender a estas variações. -----

----- Gostaria além disso, de saber com que regularidade é que são feitas, portanto, as análises às águas, portanto tanto da ETA como da ETAR.”-----

----- Em relação aos canais de abastecimento de água, perguntou se a conservação e a limpeza dos canais estava a ser feita e de quem era essa responsabilidade.-----

----- Por último, perguntou o que a Câmara Municipal poderia fazer no caso da entidade responsável não conservar e não limpar os canais de abastecimento de água.-----

----- Interveio o senhor António Joaquim Silva, residente na Boavista dos Pinheiros que informou que a rua que ligava o Restaurante “O Jaime” ao Aldi encontrava-se há dois anos em execução.-----

----- Referiu ainda que a estrada da Avenida das Águas estava em péssimo estado e lembrou que na altura, aquando da construção do bairro, tinha sido obrigado pela Câmara Municipal a manter um tapete em condições que veio posteriormente a ser destruído para a colocação de uma conduta de abastecimento de água às Piscinas Municipais de Odemira.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou, relativamente à variação da qualidade da água, que segundo os estudos elaborados sobre o assunto, o problema não provinha da própria barragem, mas da existência de uma enorme extensão de canais “a céu aberto” que cruzavam todo o concelho. Lembrou que os terrenos marginais aos canais de abastecimento de água, devido à sua formação e ao conjunto de detritos que resultavam das sementeiras, acabavam por influenciar a qualidade da água que chegava aos consumidores. No entanto informou que a água da albufeira de Santa Clara era considerada, quase unanimemente, uma boa água em termos de albufeiras públicas.-----

----- Informou ainda que as análises à água eram feitas segundo a periodicidade que a

legislação impunha. -----

----- Relembrou que especialmente na época das chuvas costumavam existir muitos problemas com a turvação da água, devido aos detritos que elas arrastavam, porém a legislação também estabelecia parâmetros de utilização de alumínio e desinfetantes. -----

----- Informou ainda que com o colmatar dos filtros, muitas vezes a água não chegava perfeitamente clara às redes de abastecimento doméstico, porque aparecia turva mesmo depois da filtração. -----

----- Em relação aos coliformes e ao corte automático do abastecimento da água, mencionou que a legislação estabelecia parâmetros máximos e mínimos admissíveis da sua existência para não colocar em causa a saúde pública e não obrigar ao corte do abastecimento. -----

----- Revelou ainda que a entidade proprietária da barragem de Santa Clara e da rede de canais não era a Associação de Beneficiários do Mira, esta era a entidade concessionária que geria a água e, bem assim considerou que a Câmara Municipal comprava a água muito mais cara do que os produtores agrícolas e essa diferença não se reflectia na qualidade. -----

----- Por último, informou que desde há longa data a Câmara Municipal vinha travando uma luta com a Associação de Beneficiários do Mira, no sentido de ser avisada atempadamente dos cortes de água. -----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou que a frequência das análises à água era aquela que a legislação determinava e, bem assim referiu que elas estavam disponíveis para consulta na Divisão de Ambiente ou na página da Internet do Município de Odemira. No entanto adiantou que as análises estariam sempre com um atraso de cerca de três meses, porque era essa a sua periodicidade. -----

----- Informou que as análises à água baseavam-se em critérios bem definidos por uma empresa credenciadora, eram abertos concursos anuais e, desde os últimos anos, as análises eram feitas por empresas credenciadas. Revelou ainda que sempre que uma análise dava

resultados negativos, havia uma comunicação ao Centro de Saúde, reuniam com o senhor Delegado de Saúde ou com a Técnica que o coadjuvava nessas funções e eram estabelecidas medidas para corrigir essa situação. -----

----- Referiu também: “Esta turvação de Inverno, é uma turvação frequente, frequente sempre que ocorrem precipitações prolongadas ao longo de vários meses. (...) É um problema no concelho de Odemira que vem de há muitos anos, não é de hoje.(...)-----

----- Muitas vezes não é possível num sistema muito extenso (como é o caso do Brejão em que nós temos reservatórios apoiados e elevados e temos uma rede muito extensa que vai até São Miguel e vai até à Azenha do Mar e um depósito elevado), não é possível de um momento para o outro estancar a água. Logo que a Câmara foi avisada deste problema entrámos em acção, fizemos com que os bombeiros fizessem um abastecimento directo nos reservatórios apoiados. -

----- (...) O sistema de tratamento do Brejão (...) é dos mais evoluídos que existem actualmente, (...) temos um operador em permanência que faz o controle daquela estação, porém a turvação que veio arrastada no canal devido a algumas limpezas que se verificaram, em comum com a turvação que houve provocada pelas chuvas de Inverno em que o arrastamento se dá para os canais, essa turvação provocou uma colmatação dos filtros (que são filtros rápidos) associada a uma adição de produtos que levam a que os flocos de impurezas que estão na água sejam coagulados. -----

----- Obviamente que essas quantidades de coagulantes que são adicionadas, têm a ver com a quantidade de impurezas que normalmente vêm no canal.(...)-----

----- De imediato nós fizemos o contacto com a empresa que nos fornece esses aditivos perfeitamente oficializados, para cá vir fazer a afinação do sistema e só ocorreu dois dias depois porque não foi possível, devido às solicitações que eles tinham, virem mais cedo.-----

----- (...) estão neste momento disponíveis as análises (...) em que no dia doze a turvação era de facto mais elevada do que o normal e no dia vinte demonstrava-se que os parâmetros tinham

estabilizado completamente”.-----

----- Considerou ainda que o problema da turvação da água apenas se resolveria com a construção de uma conduta fechada desde a origem da água até à distribuição directa nas estações de tratamento. Revelou também que aquele investimento tinha vindo a ser candidatado há alguns anos consecutivos, na candidatura de reabastecimento de água do litoral, cujo montante para o concelho de Odemira era cerca de trinta milhões de euros e previa trazer a água em quantidade e qualidade num canal fechado directamente da barragem, o que permitiria que as estações de tratamento recebessem a água com uma variação de qualidade mínima. -----

----- Quanto à ETAR do Brejão, informou que resultou de um protocolo com o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina que solicitou à Câmara Municipal que corrigisse a localização inicial do equipamento para aquele ponto, de modo a evitar uma descarga final na linha de água que terminava na praia do Carvalhal. Disse ainda que o projecto final da ETAR tinha sido aprovado por todas as entidades intervenientes na matéria. -----

----- Informou ainda que um sistema de afinação por plantas tinha um período de seis meses a um ano e meio, dependendo das condições climáticas, porque as plantas tinham de criar enraizamento suficiente para fazerem a sua função. -----

----- Por último, disse que o funcionamento da ETAR e o problema da água não tinha qualquer relação. -----

----- Em relação às ruas da Boavista dos Pinheiros informou que a população tinha solicitado algumas bandas sonoras para os cruzamentos mais perigosos porque, regra geral, as pessoas não respeitavam a sinalização vertical, porém a colocação daqueles redutores de velocidade provocou também o descontentamento das pessoas devido ao ruído. -----

----- Quanto à rua do Aldi referiu que se encontrava em curso há um ano, devido a uma situação que tinha de ser resolvida com urgência, relacionada com uma manilha de água que passava debaixo de duas casas e provocava problemas ao nível de pluviais.-----

----- Interveio o senhor Alberto Romão, residente na Boavista dos Pinheiros que lembrou que havia um loteamento naquela localidade que tinha cortado uma linha de água e apesar de já ter sido analisado pelos serviços competentes da Câmara Municipal, ainda nada tinha sido feito. Disse também que felizmente ainda não tinha havido qualquer inundação tanto no seu lote, como nos lotes vizinhos com os números doze, catorze, quinze, dezasseis e dezassete da Avenida do Campo da Boa Esperança.-----

----- Ainda em relação àquela avenida, considerou que a mesma era suficientemente larga para poder estacionar o seu carro sem prejudicar o trânsito automóvel ou pedonal, porém por diversas vezes tinha sido avisado pela Guarda Nacional Republicana de que o seu automóvel estaria em infracção.-----

----- Interveio a senhora Maria de Fátima Hog, residente no Brejão que relativamente ao problema da água, questionou o porquê de uma ETAR se encontrar ao lado de uma ETA e, bem assim o porquê da população não ter sido avisada quando se tinha registado a turvação da água.

----- Referiu ainda que “Não é desculpa nenhuma a água vir de Santa Clara, atravessar muitos quilómetros e a gente não ter uma água própria para beber no Brejão. Também não é desculpa haver piores águas no distrito, (...) eu vivo no Brejão e preocupa-me um pouco a qualidade da água de lá.”-----

----- Disse ainda que a filtração da água era feita através de plantas que muitas vezes estavam secas e isso não deveria acontecer.-----

----- Por último, informou que a turvação da água no Brejão não tinha demorado três dias, mas sim duas semanas. Disse ainda: “Já que sabem que existe devido às chuvas uma turvação tão grande na água, também gostava de saber porque é que não há uma resolução, não existe um plano para que essas coisas não voltem a acontecer no concelho.”-----

----- Interveio o senhor Raul de Almeida, de Odemira que relativamente ao problema da água do Brejão perguntou se o Delegado de Saúde estava ao corrente da situação, porque

segundo a população parecia que não. Considerou ainda que a informação que o senhor Vereador José Alberto Guerreiro tinha prestado naquela sessão, deveria ter sido transmitida atempadamente à população do Brejão para alívio da mesma, porque tinha ouvido falar em coliformes fecais. -----

----- Como Presidente da Matriz – Associação de Desenvolvimento Local, agradeceu a visita dos membros da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal ao Pólo de Actividades das Taliscas. Informou que aquela Associação dava particular importância à construção em terra, nomeadamente em taipa e acreditava que aquele tipo de construção poderia vir a ter um maior impacto no concelho de Odemira. Disse ainda que esperava que o Pólo de Actividades das Taliscas viesse a ser um centro de informação e formação, onde os empresários, os técnicos e todos os interessados (proprietários e potenciais investidores) pudessem contactar com as qualidades da construção em taipa. -----

----- Por último, referiu que a ponte da Foz das Casinhas, na Estrada Municipal quinhentos e cinquenta e dois, tinha caído. Sabia que estava prevista uma inspecção, pelo que gostaria de saber quanto tempo iria demorar até a situação estar normalizada, porque tratava-se de uma situação que trazia muitos transtornos à população daquela zona. -----

----- Relembrou que uma das alternativas que estava a ser utilizada era a estrada de terra batida entre o Carvalhal e a Casa Nova da Cruz que tinha apenas três quilómetros, mas devido à sua importância na ligação do litoral e o interior do concelho, deveria ser reparada, nomeadamente na zona do Corgo do Caldeirão e na Casa Nova da Cruz. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à questão da água do Brejão, lembrou que sempre que as análises atingiam determinados parâmetros negativos eram comunicadas ao senhor Delegado de Saúde ou a quem o substituíra. -----

----- Revelou ainda que não estavam a desculpar-se com nada e disse: “assumimos as nossas responsabilidades e (...) estamos aqui a responder olhos nos olhos. Se há coisas que não correm

bem, pois vamos procurar melhorar e procurar saber onde é que esses problemas estão.”-----

----- Informou ainda que iria verificar junto dos serviços municipais a questão do loteamento que tinha cortado a linha de água e, bem assim disse que a largura das ruas era estabelecida numa portaria que estava ligada ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação que estabelecia medidas mínimas para as ruas e passeios. No entanto, informou que iria junto das autoridades policiais verificar o problema dos estacionamento dos veículos automóveis. -----

----- Agradeceu também as palavras do senhor Raul de Almeida e considerou que a Matriz era um belo exemplo de que a partir de um edifício pré-existente se podia fazer uma obra espectacular. -----

----- Por último relativamente aos pontões, disse que tinham uma durabilidade estimada para os trinta anos, porém aos dezassete anos aqueles tinham cedido. Informou ainda que à data do colapso tinham notado assentamentos e sinais de ferrugem provavelmente derivada do tipo de saís que a água daquela zona transportava. Revelou ainda que na Câmara Municipal já tinham decidido pela substituição daqueles aquedutos. -----

----- Informou também que assim que tomaram conhecimento do sucedido, entraram de imediato em contacto com o Exército para colocação de umas pontes temporárias, pelo que brevemente iriam assinar o protocolo para a colocação daquelas estruturas. -----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que em relação à água do Brejão esclareceu que todas as análises efectuadas na zona não tinham apresentado rigorosamente nenhum parâmetro de coliformes fecais. -----

----- Informou ainda que tinha havido turvação elevada da água durante três a quatro dias, depois durante uma semana e meia (entre os dias nove a dezasseis) ainda houve turvação menos acentuada e a partir do dia dezasseis a situação estava normalizada. -----

----- Revelou que tinham tido conhecimento da turvação da água no dia nove e nos dias doze, catorze e dezasseis tinham comunicado com o Delegado de Saúde de Odemira. -----

----- Convidou os presentes para visitarem os equipamentos e manifestou a sua disponibilidade para reunir e mostrar as medidas tomadas e, bem assim alertou para o facto de nunca ter estado em causa a saúde pública, quer na zona do Brejão quer em qualquer localidade do concelho de Odemira, ao longo das dezenas de anos em que faziam o abastecimento público de água às populações. -----

----- Referiu também que quando existiam situações pontuais e devido a grande dimensão territorial do concelho e dos sistemas de abastecimento, era humanamente impossível acudir imediatamente aos problemas que surgiam. -----

----- Informou ainda que não havia qualquer problema em relação à proximidade da ETA e da ETAR, porque se tratavam de equipamentos estanques. -----

----- Em relação ao loteamento da Boavista dos Pinheiros disse que se tratava de um loteamento antigo onde tinha havido a venda de lotes que estavam a ser construídos actualmente. Revelou que nessa conformidade tinham sido detectadas algumas situações que tinham de ser corrigidas, nomeadamente ao nível das infraestruturas das águas pluviais, encaminhamentos da linha de água, cujo projecto já estava elaborado. -----

----- Por último, informou também que os procedimentos para a colocação dos pontões do Exército estavam adjudicados e acreditavam que na próxima semana as pontes fossem colocadas. -----

----- Informou ainda que a obra de reparação da estrada que ligava os Camachos à Casa Nova da Cruz estava em fase de adjudicação. -----

----- Interveio o senhor Paulo Loures de Odemira que questionou para quando estava prevista a entrega do famoso Magalhães nas escolas do concelho de Odemira. -----

----- Revelou ainda que já não tinha a Taipa como organização de bem, porque tinha contratado uma pessoa e passados dois dias despediu-a entregando apenas uma nota de cinquenta euros num envelope. -----

----- Interveio o senhor Augusto Manuel Gonçalves Ventura, residente na Boavista dos Pinheiros que solicitou que fossem desviadas as bandas sonoras que se encontravam colocadas junto à sua casa, devido ao ruído incómodo que faziam. -----

----- Interveio o senhor Eduardo Correia, residente na Boavista dos Pinheiros, que informou que há cerca de dois anos tinha sido retirada a banda sonora junto à escola e até à data ainda não tinha sido repostas. Lembrou que se tratava de uma zona muito perigosa, onde passavam muitas crianças e idosos e nem passadeira tinha. -----

----- Disse ainda que “Todas as pessoas que têm casa aqui na Boavista dos Pinheiros estão pagando uma taxa de conservação para limpeza de canais à Associação de Regantes. Eu pergunto se isto vai continuar ad’eterno uma vez que existia um perímetro de rega (...) no concelho de Odemira e esse mesmo perímetro de rega continua a existir só que entretanto existe um perímetro urbano e este perímetro de rega vai continuar a existir dentro do perímetro urbano eternamente, continuando as pessoas a ter de pagar uma taxa de conservação do canal (...). Muitas das pessoas nem sequer sabem que isso existe e para além disso o problema que isto trás a qualquer pessoa que queira construir uma casa (...). -----

----- Quem devia pagar não paga, os moradores também não pagam, porque quando compraram o terreno não sabiam e também não fizeram a desafecção dos terrenos. -----

----- Não será possível entre a Associação de Regantes e a Câmara Municipal, para bem de todos, resolver este problema?” -----

----- Interveio novamente o senhor Paulo José da Cruz que agradeceu a explicação do senhor Vereador José Alberto Guerreiro e disse que ele estava mal informado, porque ele próprio tinha telefonado para o senhor Delegado de Saúde que não se encontrava no concelho e apenas tomaram conhecimento da situação passados dez dias (no dia dez de Fevereiro).-----

----- Agradeceu o convite para visitar os equipamentos e manifestou ainda a sua disponibilidade para tentarem ultrapassar o problema. -----

----- Perguntou ainda se a ETA tinha filtros de areia e se tinham sido mudados com a turvação da água. Questionou também se tinham sido mudados os filtros das falanges de saída para as águas domésticas.-----

----- Considerou que a intervenção do Vereador não tinha sido muito nítida e cada um responsabilizava-se pelas afirmações que tinha feito.-----

----- Informou que no dia treze tinham começado a chegar ao Brejão os primeiros tanques de águas dos bombeiros, pelo que perguntou se até aquela data não se tinha feito nada. -----

----- Por último, questionou como era possível a entrada de lamas dentro da conduta aduaneira e considerou que provavelmente haveria uma rotura na conduta.-----

----- Interveio o senhor Francisco Ganhão que informou que o Almogrove estava no Plano Director Municipal como pólo de desenvolvimento turístico para além de Vila Nova de Milfontes e Zambujeira do Mar, pelo que perguntou para quando estava prevista a criação do posto de turismo. -----

----- Perguntou ainda para quando estava prevista a inauguração do jardim infantil do Almogrove, uma vez que as obras estavam a decorrer muito lentamente e no ano transacto estiveram praticamente paradas.-----

----- Disse ainda: “Sou arquitecto. Dá-me pena ver em que ponto é que neste momento os técnicos da Câmara e funcionários da Câmara estão a ser investigados e alguns já foram afastados dos cargos.-----

----- Tendo nós de há anos para cá, eu exerço cá a minha profissão desde dois mil, sempre tive conhecimento do que se passava. -----

----- Porque é que as entidades que estão dentro e têm poder, deixaram as coisas chegar a este ponto? -----

----- É certo que nós não mandamos no íntimo das pessoas e as próprias pessoas vão para dentro da Câmara com o intuito de ter o projecto aprovado, seja a qualquer custo que seja.

Claro que há coisas que às vezes saem mal e por isso hoje acontece o que está a acontecer agora. -----

----- Isto deriva de queixas de certeza de requerentes que não ficaram satisfeitos com as obras embargadas e foram saber quem tinha assinado o projecto e afinal a pessoa que assinou o projecto, não foi a pessoa que fez o projecto. Desculpem estar a falar nisto, mas é o que me passa no coração, porque estou cá, trabalho cá, pago os meus impostos cá também e no fundo tenho pessoas a receberem dois ordenados dentro da Câmara, o ordenado da Câmara e o ordenado à custa da Câmara que nós também pagamos. (...)-----

----- Neste momento vamos ter dois arquitectos a dar pareceres, como é que eles vão conseguir despachar se antigamente já era um bocado lento, também dependia do arquitecto (...). O que é que pensam fazer?”-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que concordava com a preocupação do senhor Eduardo Correia, relativamente à taxa de conservação para limpeza de canais cobrada pela Associação de Regantes e informou que tem sido desde há longos anos debatida na Câmara Municipal. Referiu que na aprovação dos planos era excluía a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN) dos solos destinados a urbanização quer programada quer para construção imediata e no Perímetro de Rega do Mira isso não acontecia, com o que não concordava.-----

----- Referiu que não tinha qualquer fundamento que dentro de um perímetro urbano existisse uma rede de rega que iria condicionar loteamentos e construções. Disse ainda que o próprio Perímetro de Rega do Mira integrava a RAN, pelo que se a última estava excluía não compreendia que o primeiro se mantivesse.-----

----- Informou também que no caso da freguesia da Boavista dos Pinheiros havia correspondência trocada com a Associação de Beneficiários do Mira e o Ministério da Agricultura sobre o tema e, bem assim referiu que actualmente o Município de Odemira tinha

um consultor jurídico para ver se conseguiam clarificar aquela situação. -----

----- Relativamente ao Posto de Turismo do Almogrove, informou que o promotor do Eco-Camping Resort ZMAR que se situa na freguesia de Longueira/ Almogrove contribuiu para a construção daquele equipamento. -----

----- Em relação aos técnicos do Município de Odemira disse que não podia, nem devia comentar um processo que se encontrava em investigação. Referiu que tinha confirmado a presença da Polícia Judiciária na Câmara Municipal, ele próprio tinha recebido os senhores inspectores no seu gabinete e como essa vinda coincidiu com a realização da sessão extraordinária da Assembleia Municipal na freguesia de Sabóia, tinha solicitado ao senhor Vereador Carlos Oliveira que se mantivesse nas instalações dos Paços do Concelho à disposição dos senhores inspectores. -----

----- Informou ainda que nos últimos dez anos nunca tinha chegado até ele uma queixa escrita, provada e consagrada relativamente ao tema e, bem assim disse que apenas tinha recebido um documento anónimo que de imediato, na altura, encaminhou para o Ministério Público em Odemira. -----

----- Informou também que os processos que estariam em causa não eram apenas referentes aos últimos mandatos. -----

----- Disse ainda: “Da nossa parte, abertura completa a tudo aquilo que as autoridades entenderam no sentido de esclarecer aquilo que houver a esclarecer. Se há questões que estão menos bem da parte do Executivo Municipal, concretamente as pessoas que estão a tempo inteiro e têm responsabilidades de gestão, os contributos que vierem serão acolhidos, os problemas que houverem serão resolvidos”. -----

----- Por último informou que por uma questão de ética, de transparência, de “todo o jogo em cima da mesa” e apesar de não ter sido constituído arguido no processo, tinha promovido o seu auto-afastamento relativamente aos processos de licenciamento, delegando as suas

competências próprias e delegadas, no Vice-Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de as sub-delegar em qualquer dos senhores Vereadores a tempo inteiro. -----

----- Informou ainda que nenhum técnico tinha sido suspenso, tinham apenas havido mobilidades internas e sido abertos inquéritos. -----

----- Referiu ainda que actualmente continuavam três arquitectos a dar pareceres para evitar o prolongamento de prazos de apreciação dos processos. -----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que referiu que a distribuição de computadores Magalhães nas escolas não era da responsabilidade da Câmara Municipal e, bem assim referiu que já tinham tentado obter informações sobre o assunto, designadamente sobre os critérios utilizados para a distribuição dos computadores, se haveria possibilidade de dotar todos os alunos do concelho de Odemira de um computador a custo zero para o aluno e não tinham obtido respostas claras. -----

----- Informou ainda que já estavam a analisar algumas situações que de futuro poderiam surgir, tais como a capacidade e tipo da rede de Internet nas escolas, a instalação eléctrica, entre outras. -----

----- Quanto ao Parque Industrial do Almogrove, referiu que o processo se encontrava na fase de contractualização dos brinquedos e do piso amortecedor e, bem assim informou que ultimamente as condições climatéricas não tinham sido as mais favoráveis para a execução da obra. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Amâncio Piedade, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Entrou na sala o senhor Manuel António Dinis Coelho, Presidente da Assembleia Municipal de Odemira, registando-se assim a presença de trinta e dois membros deste Órgão, que saudou todos os presentes, especialmente o público e apresentou as suas desculpas pelo atraso que se relacionou com motivos de ordem profissional. -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO, REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que solicitou que fosse efectuada a seguinte alteração: na vigésima sexta página, na primeira linha, onde se lia “...até porque se sabe que muita da recita esperada”, devia-se ler “...até porque se sabe que muita da receita esperada”. Esta proposta de alteração foi aprovada por consenso.-----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Relativamente ao mapa da correspondência recebida, o senhor Presidente da

Assembleia Municipal realçou os seguintes documentos:-----

----- a) número quarenta e cinco, datado de cinco de Fevereiro do corrente ano, enviado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira, sobre “Relatório Anual de Actividade e Avaliação da CPCJ de Odemira”. Sobre este assunto informou que tinha sido enviado um convite à senhora Presidente daquela Comissão para, se assim o entendesse, vir apresentar o que achasse por conveniente, relativamente ao trabalho desenvolvido por aquela instituição. Informou ainda os presentes que tinha recebido no passado dia vinte e cinco de Fevereiro, um e-mail da senhora Maria da Piedade Barradas a solicitar o adiamento da sua apresentação deste tema para a sessão ordinária de Abril. Não havendo qualquer manifestação de desacordo relativamente ao solicitado, o senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença da senhora Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira e informou que a apreciação do tema ficaria agendada para a próxima sessão ordinária.-----

----- b) número quarenta e oito, datado de dez de Fevereiro do corrente ano, enviado por um encarregado da educação de São Luís, sobre “Folha da Assembleia: recreio da escola de S. Luís”.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que havia cerca de um ano e meio tinham efectuado algumas obras no recreio daquela escola, nomeadamente tinham subido o nível do terreno para evitar alagamentos quando chovesse. Informou ainda que as sucessivas pavimentações da estrada que ligava São Luís a Vila Nova de Milfontes causaram um aumento da sua cota em relação ao recreio da escola, facto que aliado às últimas condições climatéricas motivou um agravamento considerável das condições daquele logradouro.-----

----- Por último, considerou que enquanto não houvesse uma solução de drenagem daquelas águas, com rede de pluviais adequadas, o problema iria continuar a existir. Referiu ainda que

não entendia o porquê de terem enviado um documento anónimo para a Assembleia Municipal.

----- Não se registando mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso, membro eleito pelo Partido Socialista que depois de saudar os presentes, apresentou os seguintes documentos: -----

----- a) **Mocão**, sobre “Alteração do Regime de Pesca e Apanha Lúdica”, que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- **“MOÇÃO** -----

----- **ALTERAÇÃO DO REGIME DA PESCA E APANHA LÚDICA** -----

----- A publicação das portarias n.º 143/2009 e n.º 144/2009 relativas à alteração do Regime da Pesca e da Apanha Lúdica não corresponderam às expectativas das nossas populações. -----

----- Nós Odemirenses somos e seremos sempre defensores da conservação da natureza e da preservação da diversidade. Defendemos como ninguém os nossos recursos e entendemos indispensável o estabelecimento de regras que coloquem em evidência essas preocupações. -----

----- Mas se devemos preservar os nossos recursos também nos inquieta a defesa e salvaguarda dos ancestrais costumes e a preservação da vida quotidiana das nossas populações.

----- As alterações introduzidas vieram afectar de forma clara a actividade económica e pôr em causa a atractividade turística do nosso território. -----

----- Por isso entendemos indispensável nova auscultação dos vários intervenientes e inevitável a alteração de diversos pontos da nova legislação. -----

----- Também consideramos essencial a coordenação entre as diversas autarquias, as associações do sector e os movimentos populares criados, para em conjunto e de forma coordenada todos defenderem uma única, mais corpulenta e sustentada posição. -----

----- O que pretendemos não é procurar culpados mas sim encontrar soluções que visem o  
nosso único objectivo: a defesa dos legítimos interesses dos Odemirenses.-----

----- Odemira, 27 de Fevereiro de 2009 -----

----- Enviar para:-----

----- - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento  
Regional;-----

----- - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;-----

----- - Ministério da Defesa Nacional;-----

----- - Ministério da Economia e da Inovação;-----

----- - Secretaria de Estado do Ambiente;-----

----- - Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades;-----

----- - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional;-----

----- - Secretaria de Estado da Agricultura e das Pescas;-----

----- - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas;-----

----- - Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto;-----

----- - Governo Civil do Distrito de Beja;-----

----- - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;-----

----- - Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina;-----

----- - Diversos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----

----- - Câmaras e Assembleias Municipais de Aljezur e de Vila do Bispo;-----

----- - Juntas e Assembleias de Freguesia de V. N. de Milfontes, Longueira – Almogrove,  
Zambujeira do Mar, S. Teotónio, S. Salvador, Porto Covo, Odeceixe, Rogil, Aljezur, Bordeira,  
Raposeira, Sagres, Vila do Bispo e Budens.-----

----- Divulgar na Imprensa”;-----

----- b) Mocção, sobre “Saúde no concelho de Odemira”, que seguidamente se transcreve na

íntegra: -----

----- **“MOÇÃO** -----

----- **SAÚDE NO CONCELHO DE ODEMIRA** -----

----- Desde os casos mediáticos de 2007, relacionados com a emergência no Concelho de Odemira, foram tomadas diversas medidas na área da Saúde que nos agradaram e que entendemos da maior pertinência enumerar: -----

----- - Criação e entrada em funcionamento do Serviço de Urgência Básico (SUB) no Centro de Saúde de Odemira;-----

----- - Colocação e entrada em funcionamento em Odemira de um Veiculo denominado SIV – Suporte Imediato de Vida; -----

----- - Construção e entrada em funcionamento do Heliporto junto do Serviço de Urgência Básico (SUB) no Centro de Saúde de Odemira; -----

----- - Construção e entrada em funcionamento da 1.<sup>a</sup> fase da Unidade de Cuidados Continuados de Odemira; -----

----- - Construção e entrada em funcionamento para muito breve da 2.<sup>a</sup> fase da Unidade de Cuidados Continuados de Odemira; -----

----- - Colocação e entrada em funcionamento em Odemira de um Veiculo denominado Unidade Móvel de Saúde, viatura que leva os cuidados médicos aos locais mais recônditos do nosso imenso concelho;-----

----- - Em construção a nova Extensão de Saúde de S. Teotónio; -----

----- - Colocação para breve de um Helicóptero do INEM em Ourique. -----

----- Se é notório e louvável o esforço levado a cabo pelo Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Emergência Médica; Município de Odemira, Santa Casa da Misericórdia de Odemira e outras entidades envolvidas, também é verdade que urge colmatar algumas lacunas, nomeadamente as de momento entendidas como urgentes, a saber: -----

----- 1) Medidas que visem colocar em Odemira médicos efectivos, de forma a colmatar a existência hoje de cerca de 20% da população sem médico de família. Situação essa que tendo em conta a idade dos existentes se tende a agravar sobremaneira; -----

----- 2) Tendo em conta a nossa dimensão concelhia, a nossa distância dos Centros Hospitalares e a fraca cobertura do Alentejo por Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER), cumpre-nos sugerir quando equacionado o seu reforço o Serviço de Urgência Básico (SUB) no Centro de Saúde de Odemira como próximo destino de uma dessas viaturas – VMER; -----

----- 3) Atendendo às dificuldades hoje existentes no Centro de Saúde de Odemira, onde persistem no momento várias especialidades e serviços a funcionar em salas inadequadas, consideramos inadiável a sua ampliação. -----

----- Odemira, 27 de Fevereiro de 2009 -----

----- Enviar para: -----

----- - Ministério da Saúde; -----

----- - Instituto Nacional de Emergência Médica; -----

----- - Município de Odemira; -----

----- - Santa Casa da Misericórdia de Odemira; -----

----- - Administração Regional de Saúde do Alentejo; -----

----- - Governo Civil do Distrito de Beja; -----

----- - Centro de Saúde de Odemira; -----

----- - Bombeiros Voluntários de Odemira; -----

----- - Bombeiros Voluntários de V. N. de Milfontes. -----

----- Divulgar na Imprensa"; -----

----- c) **Intervenção**, sobre “Sentença do Tribunal Administrativo relativamente à adesão de Alcácer do Sal à Associação de Municípios do Distrito de Beja”, que seguidamente se

transcreve na íntegra: -----  
----- “O Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa anulou recentemente, em sentença conhecida cerca de 7 anos depois, a adesão de Alcácer do Sal à Associação de Municípios do Distrito de Beja.-----  
----- Em resumo o que se passou é que a CDU perdeu a maioria das Câmaras em 2001 e entre o acto eleitoral e a tomada de posse dos novos eleitos fez aprovar a adesão de Alcácer do Sal para um “reequilíbrio de forças” numa jogada apelidada na imprensa como sendo de “grande oportunismo político e pouco respeito democrático”. -----  
----- Este processo remonta a 2002, altura em que os municípios de Cuba, Ferreira do Alentejo e Odemira (todos PS) avançaram com uma acção no Tribunal Administrativo contra a Associação de Municípios do Distrito de Beja. Estas autarquias pretendiam ver anulada a decisão tomada pela Assembleia Ordinária Intermunicipal de 28 de Dezembro de 2001, na qual foi aprovada a admissão da Câmara de Alcácer do Sal à Associação de Municípios do Distrito de Beja. -----  
----- Os três municípios pediram ao Tribunal a anulação da deliberação com base em dois fundamentos: -----  
----- 1) O primeiro, o facto de as deliberações só poderem incidir sobre assuntos expressamente constantes da Ordem de Trabalhos, excepto em casos de comprovada urgência mas sempre com a anuência de dois terços dos membros – tal não aconteceu; -----  
----- 2) O segundo ponto tinha por base o argumento de que o propósito de alterar a correlação de forças de forma deliberada por uma série de autarcas que já tinham perdido as eleições, levava a um desvio de poder – vício que a lei reconhece e sanciona. -----  
----- Na verdade, a deliberação (28 de Dezembro de 2001) ocorreu entre o dia das eleições autárquicas (16 de Dezembro de 2001) e o dia da tomada de posse dos novos eleitos (princípios de Janeiro de 2002).-----

----- O propósito foi não deixar chegar as tomadas de posse e deliberar antes, porque dessas eleições resultava uma nova relação de forças desfavorável à CDU. -----

----- Até 16 de Dezembro de 2001 existiam: -----

----- CDU – 12;-----

----- PS – 4;-----

----- PSD – 1. -----

----- Após 16 de Dezembro de 2001, passou a ser: -----

----- PS – 8;-----

----- CDU – 7;-----

----- PSD – 2. -----

----- Ou seja do resultado das eleições resultaram duas consequências importantes: a CDU deixou de ter a maioria e deixou de ser a força com mais Câmaras. Este segundo facto era muito importante por causa da escolha da liderança da Associação, designadamente quanto à sua Presidência. -----

----- Os autarcas que usaram o seu voto, em nome dos respectivos municípios, já com a legitimidade política perdida nas urnas, foram: Lopes Guerreiro (Alvito); António Tereno (Barrancos); Paulo Neto (Mértola) e Carlos Goês (Vidigueira).-----

----- Curioso é ouvir hoje o testemunho de um dos visados, Lopes Guerreiro afirma: -----

----- “Apesar de discordar e ter tentado evitar a votação da adesão daquele município à AMDB naquele período, acabei por votar a favor, acatando a disciplina partidária. -----

----- A decisão foi, para além do aspecto legal, inoportuna e ética e democraticamente reprovável. As autocríticas fazem-se através do verbo mas principalmente na prática, alterando o que reconhecemos não ter feito bem.-----

----- Esta e outras questões contribuíram para acentuar e tornar públicas algumas das minhas posições críticas relativamente ao meu Partido”.-----

----- Outra curiosidade, esta mais recente é o facto de a decisão judicial ser de 17 de Novembro de 2008, chegar à Associação a 27 de Novembro de 2008 e só ser levada ao Conselho Directivo, ou seja onde têm assento as Câmaras da oposição, a 12 de Janeiro de 2009 (quase dois meses depois). -----

----- Sendo a Câmara Municipal de Odemira uma das autarquias que avançaram e venceram o processo, pergunto ao Presidente da Câmara Municipal, António Camilo:-----

----- - Que efeito pode ter a sentença depois de passados sete anos? -----

----- - Podem ser postas em causa algumas das decisões entretanto tomadas? -----

----- - O que vai fazer a Câmara Municipal de Odemira?” -----

----- Interveio o senhor José Ribeiro que depois de saudar os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

----- Senhor Presidente da Câmara-----

----- Senhora e Senhor Secretários -----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal-----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores-----

----- Chamo-me José Ribeiro e há mais de 45 anos que conheço os Concelhos de Odemira e Aljezur. -----

----- Porque há 45 anos já gostava de pescar, e devido a este saudável vício é que vivo na freguesia de S. Luís, deste Concelho.-----

----- Quantos Zés Ribeiros, Manéis, Antónios, fizeram o mesmo? -----

Quantos, gostando de pescar não vêm para estes concelhos com as suas famílias, comendo em restaurantes, comendo comprando as coisas no comercio local, confeccionando depois nas casas alugadas, bebendo o seu cafezinho acompanhado com o seu medronho.-----

----- Quantos, não passaram depois a palavra a outros amigos, que se tornaram amigos e visitantes destes concelhos?-----

----- A isto não se chama turismo?-----

----- Mas com estas portarias “porcarias”, só se pode pescar alguns dias da semana, precisando de uma balança não vá o peixe passar do peso, uma fita métrica “tipo mestre d’obras” não vá o peixe ter a medida certa.-----

----- Espero que uma nova portaria “porcaria”, não nos obrigue a pescar através de SMS, E-mails ou no famigerado e censurado “Magalhães”.-----

----- Esta portaria “porcaria” não é para um País, esta portaria “porcaria” é só para Alentejanos e Algarvios.-----

----- Em 1981, o poeta José Carlos Ary dos Santos escrevia um poema, cantado mais tarde por Simone de Oliveira com o título “O Marisco”, apenas duas passagens:-----

----- “ – *por vezes viro amêijoa à portuguesa* -----

----- *Com alhos e coentros à Bolhão Pato* -----

----- *Regada sempre com limão tristeza*-----

----- *Porque o mar português é mais barato;*-----

----- *- Amêijoa ostra ou simples lamejinha*-----

----- *Conheço bem a mão de quem me apanha*-----

----- *Lonjuram-me da praia que é minha*-----

----- *No mar de Portugal quem pesca é a Espanha.”*-----

----- Chego à conclusão de que a célebre frase de Berthol Brecht “...se o Homem quer peixe, ensina-o a pescar” foi por mar abaixo.-----

----- Como se não bastassem estas aberrações dos senhores Secretários de Estado, chegamos da Comunicação Social que o desemprego é preocupação central do Povo Alentejano. Só no mês de Janeiro de 2009 o número de inscritos no centro de Emprego da nossa Região

chegou aos 10, 8%.-----

----- O número de refeições servidas nos refeitórios das várias Instituições de Solidariedade subiu cerca de 30 %.-----

----- Dá vontade de dizer “ARRE PORRA QUE É DE MAIS”.-----

----- Mas este pequeno País com a mania das grandezas tem administradores que ganham fortunas, tem administradores que “administram mais de quatro empresas com benesses incluídas, este País tem como directores financeiros e gestores da banca “OS IRMÃOS METRALHA”.-----

----- Mas este pequeno País com a mania das grandezas perdeu 12.340 empresas só no passado mês de Dezembro e em Janeiro perderam o emprego mais de 70.000 pessoas.-----

----- Neste pequeno País com a mania das grandezas e tão pequenino na Justiça, e de tantas injustiças, de que são exemplo:-----

----- Quatro anos de FREEPORT;-----

----- Seis anos de caso CASA PIA, com mais testemunhas do que o julgamento de Nuremberg;-----

----- Os casos de colarinho branco, já devem estar encardidos;-----

----- Há homens vestidos de negro e não são viúvos, em busca de dinheiro branqueado;-----

----- Ainda tenho na memória as imagens das MARIONETAS, que na minha terra chamávamos Robertos, havia também os SALTIMBANCOS.-----

----- Que alegria, que diferença.-----

----- Hoje estas manifestações culturais as “MARIONETES” e os “SALTIMBANCOS” transformaram-se em assaltos a bancos, por aqueles que administram os mesmos.-----

----- Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores-----

----- O senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares Dr. Augusto Santos Silva do Governo do Partido Socialista Português, ou antes do Partido, Esquerda, Democrática, Moderada,

Popular, num debate interno no Largo do Rato, e num estilo muito próprio do Dr. Alberto João Jardim, para espanto de todos, digo de todos, passo a citar “eu cá gosto é de malhar na direita com especial prazer nesses sujeitos e sujeitas que se situam de facto à direita do PS são das forças mais conservadoras e reaccionários que eu conheço, e que gostam de se dizer de esquerda plebeia ou chique”, fim de citação. -----

----- O cantor Francisco Fanhais, ex-padre Fanhais, num dos seus poemas, senão o primeiro diz cantando: -----

----- *“PORQUE OS OUTROS SE MASCARAM E TU NÃO*-----

----- *PORQUE OS OUTROS, USAM A VIRTUDE PARA COMPRAR* -----

----- *O QUE NÃO TEM PERDÃO, PORQUE OS OUTROS*-----

----- *TÊM MEDO MAS TU NÃO, TU NÃO*-----

----- *PORQUE OS OUTROS SE COMPRAM E SE VENDEM* -----

----- *E OS SEU GESTOS DÃO SEMPRE DIVIDENDOS,*-----

----- *PORQUE OS OUTROS SÃO HÁBEIS*-----

----- *MAS TU NÃO, TU NÃO*” . -----

----- É verdade meus Senhores começo a ter medo, não da arrogância e falta de humildade deste Governo, mas sim do branqueamento dos fascistas do antes 25 de Abril. -----

----- Senão vejamos.-----

----- Faz-se um “minizéria” num canal de televisão de “UM GAJO QUE GOSTA DE GAJAS” título de um artigo de Eduardo Cintra Torres no Jornal Público, em que se caracteriza a personagem fascista do “DITADOR – SALAZAR”. -----

----- Afinal o homem-monstro era um libidinoso. -----

----- Corre na internet um movimento fascista com um abaixo-assinado com cerca de 1.800 assinaturas a exigir que a ponte 25 DE ABRIL deve voltar a chamar-se “SALAZAR”, mais diz

esse movimento fascista, na passagem dos 120 anos em que o aborto ainda era penalizado, foi parido no dia 28 de Abril, e, como “calha a meio da semana”, e, como domingo é dia de descanso, estes fascistas resolveram comemorar e sujar o dia 25 de Abril.-----

----- Confesso que vomitei.-----

----- Senhores do governo do P.E.D.M.P. mais conhecido como Partido Socialista, peço-lhes com humildade que parem, escutem e olhem, porque o fascismo começa a gatinhar. -----

----- Censura-se uma piada carnavalesca, em Torres Vedras, numa sátira ao Magalhães.-----

----- Censura-se uma obra literária, com uma pintura do século XIX, como sendo um livro pornográfico, na feira do livro de Braga. -----

----- O LÁPIS AZUL JÁ ESTÁ EM ESTILO PIDESCO A SER USADO.-----

----- Meus Amigos, é preciso estar atento e exigir continuar Abril.-----

----- Odemira, 2009.02.27 -----

----- O Eleito da CDU na Assembleia Municipal, -----

----- José da Silva Ribeiro”-----

----- Interveio o senhor Tito Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que perguntou se estava prevista alguma intervenção na avenida marginal Brás Pacheco, porque constantemente estavam a ocorrer roturas de água.-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou os presentes que no próximo dia três haverá um encontro entre ele, um técnico da Administração dos Recursos Hídricos, o senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Director Executivo da Associação de Beneficiários do Mira e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha para verificarem a situação do Açude – Espelho de Água de Santa Clara, que tinha sido um assunto objecto de uma preocupação exposta pelo último, na visita dos membros da Assembleia Municipal ao concelho de Odemira, tendo originado uma troca de correspondência que culminou no citado encontro. -----

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que depois de saudar os presentes, apresentou a **Proposta** que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- **“PROPOSTA** -----

----- **PROPOSTA DE REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÃO DAS PORTARIAS 143 E 144/2009 DE 5 DE FEVEREIRO** -----

----- As Freguesias do concelho de Odemira inseridas no PNSACV, consideram as portarias 143 e 144/2009 de 5 de Fevereiro, aplicadas à pesca lúdica no PNSACV e a nível nacional, atentatórias do interesse e da realidade desta zona. -----

----- Consideram que as mesmas foram aprovadas à revelia das populações e dos seus representantes autárquicos, sem que fossem tomadas em conta as opiniões dos Presidentes de Câmara da referida área, anteriormente manifestadas. -----

----- Os Presidentes das Juntas de Freguesia de S. Teotónio, Zambujeira do Mar, Longueira/Almograve, Vila Nova de Milfontes e S. Salvador, decidiram solidarizar-se com os pescadores de pesca lúdica e apoiar as posições entretanto tomadas pelos Presidentes das Câmaras de Vila do Bispo, Aljezur e Odemira. -----

----- Solidarizam-se também com a tomada de posição dos Presidentes das Juntas de Freguesia do PNSACV, em reunião realizada a 20/02/2009 em Odeceixe, sobre esta matéria, na qual estiveram presentes. -----

----- Esperam estes autarcas que sejam revogadas ou alteradas as referidas portarias e que seja aberto um debate democrático, com os autarcas dos Municípios e Freguesias inseridos no PNSACV. -----

----- Os Presidentes das Juntas de Freguesia, -----

----- - Freguesia de S. Teotónio -----

----- - Freguesia de Vila Nova de Milfontes -----

----- - Freguesia da Zambujeira do Mar -----

----- - Freguesia de S. Salvador-----

----- - Freguesia de Longueira/Almogrove”.-----

----- Informou ainda que as Juntas de Freguesia em causa tinham sido convidadas pela Junta de Freguesia de Odeceixe que por lapso tinha-se esquecido de convidar a Junta de Freguesia de São Luís que também era abrangida pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Em face do exposto referiu que teria muito gosto em que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís subscrevesse aquela proposta, se assim o entendesse. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que agradeceu o convite para subscrever a proposta e informou que não poderia assinar um documento proveniente de uma reunião onde não tinha estado presente. -----

----- Disse ainda em relação à pesca lúdica: “Eu penso que nós de facto temos a intenção todos de tentar arranjar uma boa solução, uma solução airosa, porque eu já tenho dúvidas que este Governo consiga sair airosamente desta situação, mas a esperança é a última a morrer. -----

----- Ou todos nós no conjunto do concelho e dos concelhos que são abrangidos por esta lei nos tentamos juntar para resolver esta situação ou isto de a gente andar com capelinhas não vamos a lado nenhum. (...) -----

----- Se a lei abrange os residentes nos concelhos, (...) o concelho é uma unidade geográfica que compreende xis freguesias no concelho de Odemira, no concelho de Aljezur e nos outros concelhos que estão abrangidos por esta legislação”.-----

----- Considerou ainda que a diminuição dos recursos naturais marinhos estaria relacionada com muitos factores e não apenas com a pesca abusiva. -----

----- Disse ainda: “Será que alguém já alguma vez se pôs a pensar em todas aquelas situações que há ali no litoral, de lançamento nas linhas de água de imensos produtos químicos, produto daquela agricultura intensiva que se faz aqui ao longo da nossa costa. Será que isso, se tem

afectado os aquíferos, será que não afecta também a produção marinha? Tudo aquilo vai desaguar ao mar, será que depois não tem influência nas quantidades dos animais que acabam por morrer.-----

----- Será que quem faz pesca legal autorizada com licença, utiliza as malhas das redes como dever ser? Será que não leva tudo de arrasto? Há aqueles arrastões que por vezes encalham ali nas rochas, será que estão nos sítios certos e a pescar onde devem? Será que utilizam as malhas devidas?-----

----- Será que há suficientemente vigilância? (...)-----

----- Depois atirar tudo isto para cima daquelas pessoas que são pescadoras ocasionais, parece-me que isto há aqui qualquer coisa que não bate certo.-----

----- (...) Estou sempre disposta a tentar arranjar soluções, porque é esse o meu papel e foi para isso que eu fui eleita. (...) Estou disposta, estou disponível para discutir, para tentar arranjar formas de fazer compreender às pessoas que legislam neste país que infelizmente, ultimamente temos verificado que a qualidade (...) da nossa legislação tem vindo a decair, fazem-se as coisas, estudam-se à secretária e vê-se muito pouco como é que as coisas são no terreno (...) e as pessoas estão cada vez menos vocacionadas para vir ver o que é que se passa no terreno e para ouvir aqueles que estão próximo da realidade e depois geram-se estas coisas, porque isto são coisas feitas por quem desconhece a realidade, por quem não conhece os hábitos, os costumes e usos de gerações.”-----

----- Por último, relativamente à Moção sobre a Saúde, lembrou que a Comissão Municipal para a Saúde já não reunia há muito tempo. Disse ainda que “Isto que nós estamos aqui a fazer com Moções sucessivas, se calhar temos que partir para a tal situação que falámos que é ir à procura dos responsáveis pela saúde deste país e tentar fazer alguma coisa por este concelho.”--

----- Relativamente à construção da rede de águas e saneamento básico nas povoações de Vale Bejinha e Troviscais, disse: “não sei se tiveram presente o levantamento topográfico, mas os

problemas que agora vejo no terreno. Dá-me ideia que o levantamento topográfico ou não foi tomado em conta ou alguma coisa falhou, porque estou agora a ver arranjar soluções à pressa para casos que se tivessem sido estudados no terreno devidamente, tinham sido logo acautelados na elaboração dos projectos”. -----

----- Disse ainda que deveriam pressionar mais os empreiteiros para terem mais atenção quando efectuavam cortes nos caminhos para efectuarem as obras, porque frequentemente a população chegava a estar dois a três meses sem conseguir chegar com os automóveis às suas habitações. -----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que saudou todos os presentes, especialmente os autarcas da Junta de Freguesia da Boavista dos Pinheiros. -----

----- Referiu que tinha sido trazido àquela sessão pela população do Brejão, o problema da água que considerava ser um bem muito precioso para toda a população. Referiu ainda que a água da barragem de Santa Clara era limpíssima e considerava que deveriam encontrar uma solução para que se pudesse abastecer todo o concelho de forma satisfatória, de modo a evitar aquele tipo de reclamações. -----

----- Relembrou que a sua freguesia também tinha algumas dificuldades em relação à água, com problemas ao nível da qualidade da água nos furos, no entanto tinha conhecimento que as coisas já estavam a ser tratadas. -----

----- Por último, referindo-se às Taliscas, referiu que muitas propriedades do interior estavam à venda e a desertificação ia aumentando. Revelou ainda que se tratava de uma luta contra a qual se sentiam cada vez mais impotentes, pelo que considerava urgente a criação de melhores condições para atrair a população para o interior. -----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos que agradeceu ao Executivo da Freguesia da Boavista dos Pinheiros pelo acolhimento.

Relativamente à pesca lúdica considerou que essa questão não se deveria resumir às freguesias do Parque Natural porque a população que não residia naquela área também adquiria as licenças e também ia à pesca. Referiu que a sua freguesia não estava inserida no Parque Natural mas contemplava a Rede Natura.-----

-----Informou ainda que concordava com a intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, quando referiu que se deveria tomar uma posição unânime e não deveriam eles próprios estar a fazer uma discriminação entre as freguesias que se encontravam no Parque Natural e as que não estavam e das que tinham ou não mar, porque a freguesia de Salvador já não tinha confrontações com o mar e também tinha sido convidada para a reunião sobre a pesca lúdica em Odeceixe.-----

-----Por último em relação à pesca lúdica disse que deviam todos unidos lutar pela manutenção de uma actividade que existia há décadas.-----

-----Informou também os presentes que no passado dia dezassete a ANAFRE – Beja tinha promovido em Odemira uma acção de formação sobre a nova lei das contratações que tinha contado com vinte e seis participantes. Referiu que era de saudar este tipo de actividade que considerava bastante importante actualmente, onde as leis entravam em vigor e as pessoas cada vez mais precisavam de estar informadas sobre elas, para poderem dar resposta à altura das solicitações complicadas que iam surgindo.-----

-----Referiu ainda que se existissem recursos financeiros ele seria o primeiro a propor outra acção de formação daquele género.-----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que agradeceu ao Executivo da Freguesia da Boavista dos Pinheiros pelo acolhimento e perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se estava previsto o início de alguma rede de abastecimento de água potável na zona crítica de Vila Nova de Milfontes: Brunheiras, Foros do Freixial e Galeado.-----

-----Considerou que a colocação de esgotos naquela zona seria uma obra mais complicada e

as fossas, umas ecológicas e outras, não iam solucionando o problema, no entanto a água potável era uma questão muito pertinente.-----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que relativamente à intervenção do senhor José Ribeiro disse que “Odemira está viva, (...) Abril está vivo e a prova disso é que amanhã vou ao Congresso do PS defender uma coisa que não vai de encontro àquilo que é a defesa da direcção do partido, vou defender a região do Baixo Alentejo, mais uma vez em termos de Regionalização. Pelo menos no PS de Odemira, Abril está vivíssimo”. -----

-----Relativamente à pesca lúdica e ao facto de ninguém ter sido ouvido informou que os sites de pesca submarina e apneia e da pesca desportiva continham relatos acerca das posições tomadas relativamente às portarias e onde referiam que tinham sido ouvidos. Disse ainda que, relativamente à anterior portaria, tinha sido entregue na Assembleia da República um manifesto pela pesca com cerca de onze mil assinaturas que continham algumas sugestões de pescadores lúdicos que surgiam actualmente nas portarias.-----

-----Por último em relação à pesca lúdica disse que “de facto as associações que estavam devidamente organizadas foram ouvidas. Concordo que nós temos todos de se unir e pensar perfeitamente quais é que são as soluções comuns a todos, para não haver cada pessoa a defender a sua coisa”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à saúde referiu que todos veriam com muito agrado a VMER em Odemira, porém se não haviam médicos de família suficientes no concelho, muito dificilmente seria colocado aquele equipamento que necessitava para trabalhar vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, de cerca de doze médicos em permanência.-----

-----Em relação à Avenida Custódio Braz Pacheco em Vila Nova de Milfontes disse que não estavam cartografados os locais de passagem dos fios de telefone, da electricidade, dos esgotos e da água, pelo que qualquer intervenção implicaria trancar aquela avenida em determinados

sentidos durante algum tempo. Nesse sentido, informou que em primeiro lugar teriam de fazer um levantamento junto dos outros serviços para localizarem as redes e posteriormente substituiriam a conduta.-----

-----Quanto à pesca lúdica disse que Odemira estava a acompanhar a situação “a par e passo” e revelou que tinha estado presente numa reunião com o senhor Ministro do Ambiente conjuntamente com outras autarquias e onde tinham apresentado um caderno de encargos com as questões que deveriam ser tidas em consideração. Revelou que a reunião não tinha corrido mal, o senhor Ministro tinha reconhecido que haviam algumas questões que em sede de alteração poderiam ser analisadas e inclusivamente após aquela reunião tinha emitido um Comunicado. -----

-----Por último disse: “que todos sabemos que a exploração, o esforço de pesca não pode ser superior à capacidade de regeneração do meio, mas tem que haver aqui um equilíbrio” . -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que propôs que a reunião da Comissão Eventual para a Saúde se realizasse no dia dezoito de Março pelas dezoito horas na sala de reuniões da Câmara Municipal de Odemira. Não havendo qualquer oposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que posteriormente seriam enviadas as convocatórias. -----

-----Seguidamente colocou à apreciação e votação os documentos apresentados naquele ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----a) **Mocção**, sobre “Alteração do Regime de Pesca e Apanha Lúdica”, apresentada pelo senhor Ricardo Cardoso, eleito pelo Partido Socialista. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela Moção, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta

membros da Assembleia Municipal;-----

-----b) **Moção**, sobre “Saúde no concelho de Odemira”, apresentada pelo senhor Ricardo Cardoso, eleito pelo Partido Socialista. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela Moção, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal;-----

----- c) **Proposta**, sobre ”Proposta de revogação ou alteração das Portarias 143 e 144/2009 de 5 de Fevereiro”, apresentada pelo senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de S. Teotónio. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Por consenso, foi alterado o texto do ponto número três do Período da Ordem do Dia conforme sugestão do Vereador Cláudio Percheiro, ficando o mesmo do seguinte modo: “Ponto Três: Pedido de interesse municipal do projecto de investimento ZMAR – Eco Camping Resort e pedido de isenção e redução de impostos: apreciação e deliberação”. -----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de cinco minutos.-----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E

DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: Foi presente o Relatório de Actividades desenvolvidas pelo Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de Dezembro do ano de dois mil e oito a trinta e um de Janeiro do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que solicitou esclarecimentos relativamente à cobrança de impostos indirectos, uma vez que na oitava folha do relatório vinha mencionado um acréscimo de sete por cento ao nível da receita e despesa corrente e na folha número nove constava em impostos indirectos um aumento de trezentos e sessenta e nove por cento. -- -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que iria encaminhar a questão para os Serviços Financeiros do Município para posterior esclarecimento. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria que referindo-se à décima segunda folha do relatório perguntou o porquê do nome da senhora Maria da Luz Santa Bárbara de Almeida se encontrar no mapa do Aprovisionamento. --

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que de acordo com a nova lei das contratações todos os procedimentos de aquisições de serviços deveriam ser desencadeados pela Secção de Aprovisionamento do Município de Odemira e por esse facto surgia no respectivo mapa. -----

----- Interveio a senhora Vanda Ribeiro que referindo-se à décima quarta folha,

designadamente o sexto item, sobre “aquisição de frigorífico e microondas para jardim-de-infância de Vale de Santiago e aspirador para a escola do 1º ciclo de ensino básico de S. Martinho das Amoreiras” perguntou se aquele tipo de aquisição era usual.-----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que o serviço alargado de refeições aos jardins-de-infância levou a que houvesse a necessidade de comprar algum equipamento e também equipamento de limpeza, de modo a permitir uma melhor eficiência dos serviços. Referiu ainda que aquele tipo de aquisição era usual e já tinha aparecido em relatórios anteriores.-----

----- Interveio novamente a senhora Vanda Ribeiro que disse: “É pena eu só saber disto agora, (...) porque as escolas onde eu passei tivemos de estar sempre a fazer bailes e outras coisas para angariar fundos para comprar material necessário para as escolas. Dei do meu trabalho, dei do meu tempo disponível. Se soubesse disso não tinha feito isso (...) e tinha pedido à Câmara Municipal.”-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto dois:** SEGUNDA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA, SEGUNDA ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0139-2009 - 2ª. MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL RELATIVA AO ANO DE 2009-----

----- Foi presente a informação n.º.2009/17, datada de 16/02/2009, da Divisão Financeira, a

propor a 2ª. Modificação Orçamental relativa ao ano de 2009, que se anexa, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 1ª. Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª. Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª. Alteração ao Plano de Actividades Municipais (PAM) e 1ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresentava os seguintes valores: -----

----- ORÇAMENTO DA RECEITA: -----

----- Inscrições/reforços: € 22 000,00 (Vinte e dois mil euros); -----

----- Diminuições/anulações: € 22 000,00 (Vinte e dois mil euros); -----

----- ORÇAMENTO DA DESPESA:-----

----- Inscrições/reforços: € 497 500,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos euros); - -----

----- Diminuições/anulações: € 497 500,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos euros); - -----

----- PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS:-----

----- Inscrições/reforços: € 6 000,00 (Seis mil euros); -----

----- Diminuições/anulações: € 6 600,00 (Seis mil e seiscentos euros); -----

----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

----- Inscrições/reforços: € 274 000,00 (Duzentos e setenta e quatro mil euros); -----

----- Diminuições/anulações: € 299 000,00 (Duzentos e noventa e nove mil euros) -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, aprovar, por maioria, com os votos a favor dos Eleitos do Partido Socialista e os votos contra dos Eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária”. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido

Socialista, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto três:** PEDIDO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJECTO DE INVESTIMENTO ZMAR – ECO CAMPING RESORT E PEDIDO DE ISENÇÃO E REDUÇÃO DE IMPOSTOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor

Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “- ASSUNTO N.º 1096-2008 – CANDIDATURA A BENEFICIOS FICAIS – A CÉU ABERTO – CAMPISMO E CARAVANISMO EM PARQUES, LD.ª-----

----- Foi presente um ofício n.º. 29697, datado de 04 de Dezembro, proveniente da AICEP Portugal Global – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E, no qual solicitam uma declaração comprovativa do interesse municipal do projecto de investimento que a promotora pretende desenvolver no Concelho – (A Céu Aberto – Campismo e Caravanismo em Parques), bem como a concessão da isenção ou redução de taxas/ impostos em sede de IMI e IMT. - -----

----- Propõe-se para análise e deliberação, bem como remessa à Assembleia Municipal. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a atribuição do interesse municipal ao projecto de investimento em apreço. Mais deliberou, por unanimidade, que não seja concedida qualquer isenção ou redução de taxas/ impostos em sede de IMI IMT previstas nas alíneas b) e c) do art.º 4.º do DL n.º 409/99, de 15 de Outubro, tendo em conta as necessidades da população e as dificuldades financeiras do Município”.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São

Luís, que referiu que no requerimento da empresa à Câmara Municipal vinha mencionado que “a Requerente arrendou o terreno, sito no concelho de Odemira” e solicitavam a isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de imóveis. Em face do exposto referiu que não entendia aquela proposta, uma vez que os arrendamentos não pagavam aquele tipo de impostos.-----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que perguntou sobre os benefícios da concessão do interesse municipal.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que concordava com a atribuição de interesse municipal àquele empreendimento, porque entendia que o Município de Odemira precisava daquele tipo de investimento que criasse emprego. Disse ainda que concordava com a proposta da Câmara Municipal relativamente ao pedido de isenção de impostos. Referiu que deveriam ter muito cuidado em relação àquele tipo de solicitações, porque a sua aprovação poderia abrir a porta a muitas situações. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que, tanto o Executivo Municipal como a Assembleia Municipal já tinham contribuído muito fortemente para aquele projecto, com a alteração do artigo vinte e oito do Plano Director Municipal de Odemira. -----

-----Considerou ainda que a questão do interesse municipal era discutível e referiu que a Câmara Municipal tinha considerado o interesse municipal daquele empreendimento, porque era um investimento que vinha para o concelho e criava emprego. -----

-----Por último alertou para o facto de o interesse municipal poder servir para outras coisas e outras isenções. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- a) Foi deliberado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática

Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal, aprovar o pedido de interesse municipal; -----

----- b) Foi deliberado por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal, que não fosse concedida qualquer redução de impostos. -----

----- **Ponto quatro:** ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0007-2009 - ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL-----

----- Foi presente um mail, datado de 30/12/2008, da AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano, a remeter a versão final dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, para apreciação e aprovação pelos respectivos Órgãos. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, devendo posteriormente o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos. -----

----- Os Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentaram, verbalmente, declaração de voto por lhes suscitarem dúvidas o conteúdo dos artigos 9.º e 28.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.”-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que relativamente aos artigos

nono e vigésimo oitavo, solicitou esclarecimentos sobre as dúvidas colocadas pelos Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária na Câmara Municipal e, bem assim se essa questão já estava ultrapassada.-----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que tinha feito uma série de propostas de alteração aos estatutos que foram contempladas e no artigo nono não tinha havido qualquer resposta. Informou que tinham consultado a Associação Nacional de Municípios Portugueses, os juristas em termos partidários, porque os membros da Assembleia Municipal que iriam compor a nova Assembleia Intermunicipal não estavam contemplados em termos do estatuto do eleito local, uma vez que para estarem presentes nas sessões não teriam, em princípio, dispensa do trabalho. -----

-----Considerou também ilógico que os próprios Presidentes das Juntas de Freguesia estivessem afastados daquela questão e não poderiam ser representantes, porque apenas abrangia os eleitos directos. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinha sido difícil chegarem ao texto definitivo daqueles estatutos, nomeadamente no que dizia respeito ao artigo vigésimo oitavo. -----

----- Interveio novamente o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse: “a constituição desta CIMAL não arruma a situação da AMLA. A AMLA vai ter que continuar e tudo se deve a este problema do artigo vinte e oito, porque as pessoas não cumprem aquilo com que se comprometem e portanto a AMLA devia ser extinta com a constituição da CIMAL. Não é possível, porque as dívidas que existem são bastantes ou são algumas.” -----

-----Disse ainda que defendia que os compromissos assumidos em relação à contratualização fossem protocolados e firmados pelas Assembleias Municipais, porque estavam a falar de milhões. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que partilhava

dos princípios de que, “o que era devido deveria ser pago a tempo e horas”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que haviam defensores de que na votação da extinção da Associação dos Municípios do Litoral Alentejano nas Assembleias Municipais, fosse feita a transmissão dos direitos e obrigações de uma associação para a outra.-----

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de S. Teotónio que perguntou se não haveriam confluências entre as várias associações. Disse ainda que se fosse para a frente a regionalização nos moldes em que ele defendia iria criar alguns problemas, porque com a comunidade intermunicipal do Alentejo litoral, ficariam de fora as posteriores Câmaras Municipais que viriam para o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que esclareceu que os estatutos previam que a adesão de novos municípios não dependeria da aprovação dos que já estavam inseridos. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que lembrou que mais uma vez a legislação excluía os Presidentes das Juntas de Freguesia de um processo. Em face do exposto disse que iria se ausentar da sala na altura da votação daquele assunto, porque tinha sido eleita pela população e estava ali presente “ de corpo inteiro”.-----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria que subscreveu a intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís e informou que iria votar contra aquela proposta. -----

----- Saiu de sala a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís. --- -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista,

quatro votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, seis abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. -----

----- Entrou na sala a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís. --- -----

----- **Ponto cinco:** MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA E AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “8 - ASSUNTO N.º 0140-2009 – MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA E AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO.-----

----- Foi presente a minuta do Acordo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odemira e as Juntas de Freguesia do Concelho, que tem como objectivo o apoio financeiro a prestar em pequenos investimentos no âmbito das responsabilidades das Freguesias, no ano de 2009. -- -----

----- Propõe-se a aprovação da minuta do Acordo de Cooperação e posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido

Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto seis:** DESIGNAÇÃO DE QUATRO PESSOAS DE ENTRE OS CIDADÃOS ELEITORES, PARA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA, DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ODEMIRA: Foi presente o

ofício número setenta e um, datado de três de Fevereiro do corrente ano, enviado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira, no qual solicitavam a indicação dos cidadãos que iriam integrar a composição da Comissão Alargada daquela Comissão no próximo mandato, de acordo com o estipulado na alínea l) do artigo décimo sétimo da lei número cento e quarenta e quatro barra noventa e nove de um de Setembro. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que elogiou o trabalho desenvolvido pela Comissão e em particular pelos elementos indicados pela Assembleia Municipal. Considerou ainda que em face do excelente trabalho desenvolvido pela equipa indicada, deveriam manter-se os mesmos elementos, porém tinha conhecimento que a senhora Maria da Piedade Barradas não poderia continuar por questões profissionais.-----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que informou que estando integrada naquela Comissão tinha sido incumbida pelo Partido Socialista de sondar junto da equipa actual a disponibilidade de continuarem a exercer as funções, tendo sido informada que as senhoras Maria da Piedade Barradas e a Tania Guerreiro não poderiam continuar e mantinham-se as senhoras Ana Rita Dias e Isabel Dutra. -----

----- Disse ainda: “A Tania pediu-me para agradecer a confiança que foi dada a ela para representar a Assembleia Municipal na CPCJ. Pediu-me também para esclarecer que ela não vai poder continuar por motivos profissionais (...). Também nos fez chegar que gostou imenso desta oportunidade e agradeceu, porque o tempo que passou na CPCJ foi muito bom para ela

(...) e lamenta não poder continuar disponibilizando-se no entanto para poder ajudar no que for necessário as pessoas que viessem para o lugar dela.”-----

----- Informou ainda que tinha perguntado à senhora Maria da Piedade Barradas se tinha alguém em mente, tendo sido indicada o nome da senhora Maria Luísa Palma. Disse também que quando tinha falado com a senhora Maria Luísa Palma já tinha alguns nomes sugeridos no seio da Comissão. Referiu que não tinha conseguido chegar a um acordo com a senhora Maria Luísa Palma.-----

----- Em face do exposto, referiu que a proposta dos membros eleitos pelo Partido Socialista seria manter as senhoras Ana Rita Cortes Dias (Assistente Social na EMAR que era a equipa de protocolo da Segurança Social que fazia o apoio ao Rendimento Social de Inserção) e Isabel Maria Silva Dutra (Educadora de Infância e Coordenadora Pedagógica na Intervenção Precoce no concelho de Odemira) e, bem assim indicar os nomes de Sofia Ferreira (Professora do segundo e terceiro ciclo de Matemática e Sócio-Gerente do Colégio Lápis de Cor Sonhador/Jardim-de-Infância de Vila Nova de Milfontes) e Fernando Parreira (Animador Sócio-Cultural que integrava o Teatro “3 em Pipa”).-----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que tendo em conta a indisponibilidade das senhoras Maria da Piedade Barradas e Maria Luísa Palma, julgava que a equipa a indicar iria manter um elemento da Coligação Democrática Unitária. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerou que todas as sensibilidades políticas poderiam estar representadas, porque se tratava de uma equipa que trabalhava em prol dos objectivos daquela Comissão. -----

----- Em face do exposto, informou que, pessoalmente, não via qualquer objecção de que a Coligação Democrática Unitária pudesse indicar uma pessoa que considerasse válida e capaz para aquele trabalho, independentemente da proposta anteriormente apresentada contemplar os quatro cidadãos.-----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que informou que tinha falado com as pessoas que sugeriu, no sentido de auscultar a disponibilidade daquelas, mas ressalvando que a indicação ficaria dependente da aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Esclareceu ainda que nenhuma das quatro pessoas indicadas era representante do Partido Socialista. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que informou que o Partido Socialista naquele Órgão não tinha feito qualquer entendimento político em relação àquela matéria, pois consideravam que se tratava de uma questão demasiado técnica. -----

----- Revelou ainda que tinham solicitado à senhora Telma Guerreiro que sugerisse os cidadãos, porque era conhecedora da organização e das pessoas que seriam mais indicadas para a equipa. -----

----- Por último disse que, não havendo qualquer tipo de compromisso com nenhuma das pessoas que a senhora Telma Guerreiro tinha falado, não via qualquer objecção na inclusão de sugestões de outras pessoas, porque o que contava naquele caso era a aptidão técnica. -----

----- Interveio novamente o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que iriam retirar a proposta de indicar uma pessoa (Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís) da Coligação Democrática Unitária, uma vez que já existiam contactos efectuados com as pessoas indicadas que eram técnicos. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta apresentada pela senhora Telma Guerreiro, por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Votantes: trinta e dois votos; -----

----- Votos Brancos: um voto; -----

----- Votos Nulos: Zero votos; -----

----- Votos a Favor: Vinte e nove votos; -----

----- Votos Contra: Zero votos; -----

----- Votos (Abstenção): Dois votos.-----

----- Em face do exposto, foi deliberado por maioria, indicar os cidadãos Ana Rita Cortes Dias, Isabel Maria Silva Dutra, Sofia Ferreira e Fernando Parreira para integrarem a composição da Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira. -----

----- **Ponto sete: ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE EMPREGO E DE APOIO SOCIAL NO CONCELHO DE ODEMIRA**-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que explicou o porquê da inserção deste assunto na Ordem de Trabalhos, informando que tinha resultado de uma reunião da Mesa da Assembleia Municipal, realizada no passado dia dezoito de Fevereiro. -----

----- Lembrou que inclusivamente o tema da edição número cinco da Folha da Assembleia tinha sido “A CRISE” e, bem assim informou que fazia parte das competências da Assembleia Municipal estar desperta para as realidades do concelho, designadamente acompanhando e fiscalizando a actividade do Executivo Municipal. -----

----- Disse ainda: “Pareceu-nos que numa altura de crise como é aquela que estamos a atravessar que a Assembleia Municipal podia e devia ter uma palavra relativamente a esta matéria. E a palavra era a de trazer o tema aqui (...) para que as pessoas pudessem pensar, pudessem falar, para que alguma ideia aqui houvesse (...).-----

----- Entre as ideias possíveis, (...) poderia ser: (...)-----

----- - Apoiar actividades empresariais e a população do concelho com incentivos, com benefícios, a discutir com empresas? Com as populações representadas pelas Junta e Assembleias de Freguesia? -----

- - De que dinheiro pode dispor o Município para manter ou criar emprego se isso se justificar e para apoiar elementos das populações que estejam em dificuldades?-----
- - Que fundos públicos ou municipais poderiam ser eventualmente disponibilizados? A capacidade de endividamento do Município actualmente permite ou não este esforço adicional para combater os efeitos desta crise? -----
- - Que programas existentes actualmente ou a criar poderiam ser usados com esta finalidade? -----
- - Pode haver uma simplificação burocrática de procedimentos para apoiar situações pontuais de pessoas necessitadas ou de empresas necessitadas? -----
- - Pode haver um aumento de benefícios, por exemplo na aquisição de lotes para fins empresariais, se isso se justificar? -----
- - E, em relação à formação profissional? Para acudir digamos a situações de pessoas que ficam sem emprego. É possível? E estágios profissionais? É possível preparar, sejam licenciados ou não, as pessoas que tenham completado um determinado grau de formação? Pode o Município fazer esse esforço? -----
- - Pode haver contratação temporária de pessoas, por exemplo, que possam operar na manutenção da rede viária municipal? -----
- - Pode-se (...) utilizar pessoas, temporariamente ou não, na melhoria de equipamentos existentes nas freguesias? -----
- - E nos exemplos dos apoios sociais? Pode pontualmente o Município participar na compra de medicamentos? De que forma? (...)-----
- - Podem ser disponibilizadas pequenas verbas para pequenas obras em habitações familiares deste ou daquele agregado necessitado? -----
- - E quem tiver dificuldades no pagamento de empréstimos à habitação, pode ter um apoio pontual ou não, ou um empréstimo ou uma disponibilidade?-----

----- E se uma família precisar de ajuda pontualmente na compra de livros para um dos seus elementos que está a estudar? Pode haver mais bolsas de estudo? E pode haver cooperação com outras entidades neste âmbito, por exemplo a Misericórdia de Odemira ou outras? -----

----- E os recursos humanos? Tem o Município ao seu serviço recursos humanos para o efeito, para apoiar quem? Ou é preciso adquirir serviços no exterior se isso se justificar, para manter ou criar emprego ou para acudir a situações de dificuldade social?-----

----- Era este tipo de reflexões que nos pareceu em termos de Mesa da Assembleia Municipal que poderíamos trazer aqui, não é para esgotar hoje este tema, até porque não há soluções milagrosas para isso. Mas era no sentido de reflectirmos sobre isto, naturalmente a nossa reflexão como Assembleia Municipal terá algum eco no Executivo e portanto era um pouco esta a ideia.”. -----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que considerou todos os pontos indicados pelo senhor Presidente da Assembleia interessantíssimos e, bem assim referiu que se tratava de uma ideia excelente.-----

----- Considerou ainda que se tratavam de temas específicos para a realização de uma sessão extraordinária, a breve prazo.-----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que disse: “Concordo totalmente com a deputada Luísa Palma e aproveito para relembrar que o FAME é uma das iniciativas que o Município pode ter. Acho que é muito interessante para os empresários, para os possíveis promotores e está nas mãos do Município lançar ou não esta oportunidade”. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que concordou com as anteriores intervenções e considerou que seria relevante pensarem os problemas por antecipação.-----

----- Informou também que havia um programa denominado Modecom, onde as empresas poderiam apresentar candidaturas a obras de reparação e remodelação das instalações. Alertou ainda para o facto daquele tipo de processo ter cada vez mais um curto espaço de tempo de

apresentação de candidaturas e frequentemente as pessoas não tinham a informação e a capacidade de apresentar os respectivos projectos. Em face do exposto considerou que o Município de Odemira deveria criar um gabinete próprio para aquele tipo de situações. -----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que considerou aquele tema bastante interessante e que deveria ser tratado com mais tempo e mais aprofundadamente. -----

----- Informou ainda que a sua Junta de Freguesia procurava entregar as pequenas obras de carpintaria e mecânica a pessoas que tinham as suas pequenas oficinas na freguesia, na tentativa de apoiar essas empresas. -----

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que concordava com as anteriores intervenções e apelou ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que junto de quem de direito, tentasse criar uma zona industrial ligeira em São Teotónio. Revelou ainda que apesar da crise, em São Teotónio haviam cerca de treze pequenas e médias empresas que se pretendiam fixar na freguesia, mas que não tinham o espaço para o efeito. -----

----- Em face do exposto considerou que a criação de um espaço com oficinas em banda seria um enorme incentivo para aquelas empresas. -----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que considerou que o espaço FACECO poderia ser rentabilizado mais durante todo o ano, para eventuais actividades relacionadas com o tema.-

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que havia no concelho de Odemira alguma necessidade de habitação social, à semelhança da que estavam a efectuar na povoação de Azenha do Mar.-----

----- Em face do exposto referiu que deveria ser criada alguma habitação social, financiada pelo Instituto Nacional de Habitação, até como forma de incrementar a actividade dos pequenos construtores civis do concelho, onde existia muito desemprego.-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que a Mesa daquele Órgão tinha aceiteado o repto da realização de uma Assembleia Municipal extraordinária sobre o tema e sugeriu às forças políticas que no prazo de oito dias fizessem chegar sugestões quanto a datas, horas e metodologia de trabalho. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que considerou que se tratava de um assunto demasiado importante para ficar circunscrito aos Órgãos Autárquicos do Município de Odemira. Referiu ainda que um debate sobre aquele tema deveria envolver os empresários, as forças vivas do concelho, os partidos, os Órgãos do Estado, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, entre outros. -----

----- Revelou ainda que antecipadamente deveria ser criado um grupo de trabalho para recolher informações e fazer um inventário das sugestões apresentadas, porque em certos aspectos haviam dúvidas acerca da eventual legalidade da atribuição de subsídios e apoios. -----

----- Considerou também que deveriam indagar junto do Centro de Emprego acerca das soluções previstas para o concelho e inclusivamente sobre a taxa de desemprego no concelho de Odemira, porque o que ouvia dizer era que havia falta de pessoas para trabalhar. -----

----- Revelou que havia muita informação ambígua que deveria ser aprofundada, porque também ouvia dizer que os reformados não recebiam os complementos porque não queriam, uma vez que a legislação já tinha sido completamente alterada e, bem assim que os Lares e os Centros de Dia não tinham as contas equilibradas, porque questões de má gestão, porque os subsídios atribuídos pelos organismos e instituições públicas naquelas áreas eram mais do que suficientes. -----

----- Por último, considerou que se devia “fazer um trabalho de casa”, para que se pudesse efectuar um bom debate com os agentes económicos e as pessoas envolvidas e criar uma perspectiva de resposta para a situação em que se encontrava o país e que poderia vir a agravar.

----- Não se registando mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal

deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto oito:** DEONTOLOGIA NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que explicou o porquê da inserção deste assunto na Ordem de Trabalhos, informando que também tinha resultado de uma reunião da Mesa Assembleia Municipal, realizada no passado dia dezoito de Fevereiro. -----

----- Disse ainda que “quando se fala de deontologia, falava-se de deveres, de regras que em determinada organização ou em determinada profissão se estabelecem (...). -----

----- Face aos acontecimentos recentes e que nós conhecemos (...) a Mesa da Assembleia entendeu que a Assembleia não poderia meter a cabeça na areia ou ignorar que há uma situação que abrange, digamos, o Município. -----

----- Pareceu-nos que dentro das tais competências e atribuições da Assembleia Municipal, nós deveríamos dar um contributo relativamente a esta matéria. -----

----- A ideia não é criar artificialmente a excelência no exercício de funções pelos autarcas ou funcionários municipais. Não é isso! -----

----- A ideia (...) é de, face a problemas que estão em curso, (...) pensarmos também em voz alta para debatermos se não devemos fazer um esforço para alcançar um nível de excelência maior, em termos do exercício dos mandatos como autarcas, mas também no exercício de funções, digamos por parte de todos os que são funcionários do Município (...). -----

----- Ninguém está excluído desta matéria, porque ninguém é perfeito (...). É sempre possível aperfeiçoar métodos e procedimentos (...). -----

----- As ideias (...) são estas (...): -----

----- - É possível organizar seminários, debates, fóruns, seja aquilo que for, com o recurso ou não de entidades ou personalidades externas nesta área que possam (...) dar-nos alguma formação? -----

----- - O que é que é correcto fazer-se em termos do exercício de funções de um Autarca? Até onde é que ele pode e deve ir?-----

----- - O que é que é admissível ou não que um determinado funcionário faça ou não faça dentro das funções que lhes estão atribuídas? (...)-----

----- - É possível, através de auditorias internas ou externas, prevenir situações menos próprias? (...)-----

----- - Podem ou não ser criados no Município mecanismos de detecção de irregularidades ou procedimentos menos conformes com a ética ou com as regras legais?-----

----- - É possível criar um grupo de trabalho de autarcas e funcionários tendo em vista a elaboração de um conjunto de boas práticas ou de boas regras?-----

----- Pode-se, por exemplo, imaginar um livro ilustrado de forma gráfica ou do tipo de banda desenhada, com algum carácter pedagógico que pudesse ser lido por exemplo nas escolas, em determinados níveis de idade dos alunos, para despertá-los já para este conjunto de regras, porque são eles que nos hão-de substituir um dia, neste tipo de funções. São eles que um dia irão ser provavelmente funcionários do Município.”-----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que ao nível das boas práticas existia no país um manancial de livros e documentos, inclusivamente editados pelos próprios Ministérios.-----

----- Considerou ainda que o problema relacionava-se com a actual sociedade que considerava desenraizada, desumanizada, “do salve-se quem puder”, onde não havia profissionalismo e camaradagem, o que levava às pessoas a não respeitarem as boas práticas.-----

----- Considerou também que o tema em causa era indicado para a realização de um seminário.

----- Por último, referiu que o problema não existia apenas no Município de Odemira e abrangia quase todo o sector público e privado.-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que

não era tão pessimista quanto o senhor Vereador Cláudio Percheiro e considerava que apesar de tudo haviam instituições do sector público que funcionavam bem, nomeadamente ao nível dos hospitais públicos onde muito se tinha progredido. -----

----- Considerou ainda que haviam muitos jovens, nomeadamente no concelho de Odemira com muito profissionalismo, que demonstravam uma grande capacidade intelectual e interesse pelas funções que desempenhavam. Referiu também que inclusivamente nas escolas, tinha-se deparado com alunos que o tinham galvanizado com a capacidade de debate. -----

----- Referiu ainda que a questão psicológica também era muito importante, porque considerava “que nós somos ainda um pouco derrotistas e desfalecemos facilmente e depois chegamos a casa os telejornais são todos idênticos (...) e isso vai-nos entrando inconscientemente e depois nós estamos a reproduzir um discurso, digamos, pessimista.”-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou que durante os últimos anos tinha havido uma grande alteração estrutural.-----

----- Referiu ainda que actualmente um funcionário interessado tinha ao seu dispor livros, Internet e muitas ajudas on-line para o ajudar a ultrapassar as questões frequentes e adquirir a informação suficiente no que respeitava ao correcto comportamento e forma de estar enquanto funcionário público. -----

----- Considerou também que actualmente ser funcionário público não era só ter um emprego como outro qualquer, mas sim tentar perceber as dificuldades das pessoas, dos munícipes e utentes. -----

----- Considerou ainda que o atendimento ao público era muito complicado e referiu que frequentemente a imagem do funcionário público era denegrida e generalizada, apesar de existirem pessoas que se esforçavam. -----

----- Relativamente aos autarcas considerou que as Juntas de Freguesia e as Assembleias Municipais seriam o último bastião da génese dos antigos autarcas e do papel dos antigos

autarcas. Disse ainda que actualmente, ao nível dos Municípios, o papel dos Executivos das Câmaras Municipais tinha-se alargado para fora dos Municípios e passava por saber cooperar com os restantes autarcas, porque cada vez mais os projectos eram intermunicipais, sub-regionais e até regionais. -----

----- Revelou que o papel do Autarca seria mais de planeador, pró-activo numa estratégia de desenvolvimento, rodeando-se de um staff que o apoiasse nas decisões e nas questões processuais. -----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que referiu que não era tão pessimista quanto o senhor Vereador Cláudio Percheiro e considerava que o diálogo sobre as coisas aumentava a transparência. Disse ainda que “continua a acreditar que nós podemos mudar o mundo, porque o nosso mundo é já aqui!” -----

#### -----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

#### -----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quinze minutos. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----